

## Repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica: proposta de modelo de avaliação

### Open access institutional repositories: proposal for evaluation model

### Repositorios institucionales de acceso abierto a la información científica: propuesta de modelo de evaluación

*Michelli Pereira da Costa* | [michellicosta11@gmail.com](mailto:michellicosta11@gmail.com)

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (53001010018P0). Brasília, Distrito Federal, Brasil.

*Fernando César Lima Leite* | [fernandoc@unb.br](mailto:fernandoc@unb.br)

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (53001010018P0). Brasília, Distrito Federal, Brasil.

## Resumo

As articulações internacionais em prol do acesso aberto (AA) destacam os repositórios institucionais (RIs) como uma estratégia eficiente para a gestão da informação científica das instituições. No entanto, apesar da ampla adesão à estratégia, o desenvolvimento dos RIs tem seguido objetivos e práticas divergentes. Diante da controvérsia conceitual identificada, o estudo investigou elementos que permitem definir RIs. Para tanto, foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura nos artigos científicos mais citados sobre o tema e que estavam indexados nas bases de dados *Web of Knowledge* e *Google Scholar*. Como resultado da análise, foi proposta uma definição para o conceito de RIs no contexto do acesso aberto e dois instrumentos de avaliação. O primeiro é um conjunto de características essenciais para a categorização de um sistema de informação como um RI. O segundo é a sistematização de oito dimensões de análise. Por fim, propõe-se modelo para avaliação de RIs.

**Palavras-chave:** Repositórios Institucionais; Acesso aberto; Sistemas de Informação; Comunicação Científica; Revisão.

## Abstract

The international articulations in favor of open access (OA) emphasize the institutional repositories (IRs) as an efficient strategy for the institutional scholarly information management. However, despite the wide adhesion of the strategy, the development of IRs have followed divergent goals and practices. Bearing in mind the conceptual controversy, the study investigated the elements that are necessary to conceptualize and analyze the IRs. For this, we conducted a Systematic Literature Review on the most cited papers about the subject

in the databases Web of Knowledge and Google Scholar. As a result of analysis, was proposed a definition for the concept of IRs in the context of OA and two analysis tools. The first is a set of essential features for the categorization of an information system as IRs. The second is the systematization of eight dimensions of analysis. The three contributions compose the model to evaluation of IRs.

**Keywords:** Institutional Repositories; Open Access; Information Systems; Scientific Communication; Scholarly communication; Review.

## Resumen

Las articulaciones internacionales en favor del acceso abierto a la información científica llaman la atención para los repositorios institucionales (RIS) como una estrategia efectiva para el almacenamiento, conservación y difusión de la producción científica de una institución en particular. Sin embargo, a pesar de la amplia adhesión a la estrategia, el desarrollo de los RIs ha seguido metas y prácticas divergentes. Sobre la controversia conceptual identificado, el estudio investigó los elementos necesarios para conceptualizar y analizar los RI. Por lo tanto, hemos realizado una revisión sistemática de la literatura sobre los trabajos científicos más citados sobre el tema y que fueron indexados en las bases de datos Web of Knowledge y Google Scholar. Como resultado del análisis se propuso una definición para el concepto de RI en el contexto del acceso abierto y dos instrumentos de evaluación. El primero es un conjunto de funciones esenciales para la categorización de un sistema de información como RI. El segundo es el análisis sistemático de las ocho dimensiones para los estudios sobre el tema. Las tres contribuciones constituyen el modelo para la evaluación de los RI y la discusión de los parámetros sobre el tema.

**Palabras clave:** Repositorios Institucionales, Acceso Abierto; Sistemas de Información; Comunicación Científica; Revisión.

---

## INFORMAÇÕES DO ARTIGO

### Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: ambas as dimensões foram de responsabilidade dos dois autores, a primeira na condição de orientanda e o segundo, de orientador

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: ambas as dimensões foram de responsabilidade dos dois autores, a primeira na condição de orientanda e o segundo, de orientador

Redação do manuscrito: ambas as dimensões foram de responsabilidade dos dois autores, a primeira na condição de orientanda e o segundo de orientador

**Declaração de conflito de interesses:** Não há conflito de interesses.

**Histórico do artigo:** Submetido: 22 jul. 2015 | Aceito: 5 ago. 2015 | Publicado: 30 set. 2015

**Apresentação anterior:** Costa, MP Características e contribuições da via verde para o acesso aberto à informação científica na América Latina. 2014. 226 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Link: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15687>

**Licença:** CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciiis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores

## Introdução

Os repositórios institucionais (RIs) são sistemas de informação apontados pelo Movimento de Acesso Aberto como estratégicos para tornar a literatura científica disponível na Internet de forma gratuita e sem restrições de acesso. De caráter internacional, o Movimento propõe ações que gerem como resultado a disponibilização e acessibilidade à produção científica mundial em acesso aberto. Entre as ações promovidas pelo Movimento, destacam-se as reuniões e documentos que objetivam definir e orientar estratégias comuns.

A literatura da área apresenta três declarações que ficaram internacionalmente conhecidas como BBB. Os documentos reuniram iniciativas de sistemas de informação e procedimentos já existentes que promoviam o acesso amplo às publicações científicas. Dessa forma, as declarações apresentaram orientações para o desenvolvimento de novos sistemas e ficaram conhecidos como fundadores do Movimento de Acesso Aberto<sup>1,2,3</sup>. O primeiro deles foi o Budapest Open Access Initiative (BOAI)<sup>4</sup>, em 2002, que definiu duas estratégias de ação e orientou o desenvolvimento de sistemas, de modo que seguissem padrões de interoperabilidade. O segundo documento foi a Declaração de Bethesda<sup>5</sup>, que, entre outras deliberações, propôs o estabelecimento do direito ao acesso livre à informação científica por meio da atribuição de licenças de uso e distribuição. O terceiro é um documento conhecido como Declaração de Berlim<sup>6</sup>, em que foi destacada a importância da formalização de políticas de informação para o acesso aberto.

Em 2012, a BOAI, primeira declaração a cunhar o termo *open access* para este propósito, completou dez anos e reafirmou seus princípios e estratégias. Nesta ocasião, duas estratégias propostas em 2002 são meios efetivos e diretos para alcançar o objetivo do acesso aberto. Uma dessas estratégias é a via verde (ou *green open access*), que prevê o armazenamento de cópia das publicações científicas em texto completo em repositórios digitais (institucionais ou temáticos) para a sua disponibilização livre por meio da Internet. A outra estratégia, via dourada (ou *gold open access*), diz respeito à publicação de artigos em periódicos científicos de acesso aberto<sup>7</sup>. Ambas as estratégias devem garantir que o acesso às publicações não acarrete custos para os usuários e que estes possam usufruir do material com o mínimo de restrições possíveis.

A definição da BOAI para a estratégia do que mais tarde ficou conhecido como via verde considera que uma cópia dos artigos publicados (revisados por pares) deve ser depositada pelos próprios autores em arquivos eletrônicos abertos e que estes devem estar em conformidade com os padrões OAI. Além dessa definição, o texto da BOAI disponível na Internet faz um link com o texto de Harnad<sup>8</sup>, que também discute a questão. Segundo o autor, o autoarquivamento deve ser feito em arquivos *eprints* das instituições. Nota-se aqui que para o cumprimento desta estratégia é necessário satisfazer duas condições. Uma relaciona-se com a existência de “arquivos *eprints*” em que se possam arquivar as publicações. A outra implica que estes “arquivos” sejam institucionais.

A proposta dos RIs neste contexto trouxe um ator forte para a articulação em favor do acesso aberto à informação científica: as instituições produtoras de conhecimento científico. Segundo Lynch<sup>9</sup>, esta estratégia também confere às instituições poder para influenciar no processo da comunicação científica e intensificar alianças com outros atores envolvidos no processo, tais como pesquisadores e editores.

Devido à importância dos RIs para a nova configuração da comunicação científica, eles têm sido objeto de estudos e iniciativas na área. No entanto, ainda existe uma divergência notável quanto à sua definição e finalidade prática. Portanto, visando explorar esta discussão, este artigo relata resultados de pesquisa que teve por objetivo propor modelo de avaliação de RIs a partir de conceitos e elementos presentes na literatura científica relevante sobre o tópico.

## Conceito de repositório institucional

Na declaração da BOAI<sup>4</sup>, que é o primeiro documento estruturado dentro do Movimento de Acesso Aberto, não foi utilizado o termo “repositório institucional”. Para apresentar a estratégia que corresponde ao RI, a declaração fala apenas que o depósito das publicações deve ser feito em arquivos em conformidade com os padrões OAI. O texto da BOAI disponível na Internet possui *hiperlink* sobre o *self-archiving* que remete o leitor ao texto de Harnad<sup>8</sup>, o que pressupõe a adoção das ideias do autor.

O texto de Harnad também não usava o termo RIs. Para a explicação daquilo que consiste a estratégia, o autor define autoarquivamento como o depósito de arquivo *eprints* na própria instituição e explica que estes arquivos devem ser interoperáveis e passíveis de serem coletados por outros sistemas. Em outro texto do mesmo ano, Harnad<sup>10</sup> menciona o autoarquivamento *online* da produção revisada pelos pares e cita a existência de *softwares* livres compatíveis com os padrões OAI. Nos textos do autor, é possível identificar algumas características que foram utilizadas para definir os RIs desenvolvidos com a finalidade do acesso aberto. Portanto, o autor destacou três aspectos fundamentais que deveriam conformar o autoarquivamento. O primeiro aspecto diz respeito ao conteúdo, que deve ser aquele revisado por pares, aceito para publicação ou publicado, ou seja, a literatura científica formal, especialmente artigos de periódicos científicos. O segundo aspecto diz respeito ao processo de depósito, que deve ser feito por meio do autoarquivamento. O terceiro aspecto foi a recomendação de que o RI deve ser construído de acordo com os padrões OAI.

Uma das primeiras definições de RIs encontradas no contexto do acesso aberto após a publicação da BOAI<sup>4</sup> foi a de Lynch<sup>9</sup>. Nela o termo é definido como um conjunto de serviços de gerenciamento e disseminação de documentos criados por seus membros, oferecidos por uma universidade. A única definição de RI encontrada que antecede a de Lynch foi a de Crow<sup>11</sup>. Nela o autor define o termo como uma “coleção digital que captura e preserva a produção intelectual de uma universidade” (tradução nossa).

O trabalho de Westrienen e Lynch<sup>12</sup> aponta para uma diversidade de conceitos de RI, como consequência, aponta também diferenças nas ações de seu planejamento e implementação. O estudo dos autores investigou, em 2005, o estado do desenvolvimento dos RIs em 13 nações. Apesar do tempo decorrido do momento em que a pesquisa foi realizada, ele explicita a controvérsia no entendimento do que seja um RI. A primeira diferença que o estudo identificou foi referente ao entendimento do que consiste o termo registro armazenado. RIs dos Estados Unidos consideraram como um registro somente os metadados que estão acompanhados do documento completo. Já nos RIs da Holanda, eram considerados registros mesmo quando não tinham nenhum documento depositado, ou seja, quando era apenas um registro bibliográfico. Outra diferença apontada foi em relação ao tipo de documento armazenado no RI. Na Noruega, 90% dos registros eram livros e teses, enquanto que, na França, 80% eram artigos de periódicos e 83% na Austrália eram dados brutos de pesquisa. Nos tipos de documentos identificados pela pesquisa, o que mais se distancia dos demais tipos são os dados de pesquisa. Sobre esta diferença, os autores consideram que ela pode ser fruto de características regionais e comparam a realidade da Austrália com a do Reino Unido, que não tem dados de pesquisas em seus RIs. Os autores sugerem que a diferença entre eles se deva ao fato do Reino Unido ter um repositório nacional próprio para o armazenamento de dados e a Austrália não.

Outro estudo neste mesmo sentido foi realizado por Rieh et al.<sup>13</sup> para investigar o estado de desenvolvimento dos RIs nos Estados Unidos. Ao final do estudo, os autores concluíram, entre outros aspectos, que a definição do que os RIs serão para suas comunidades pode influenciar no modo como serão tomadas as decisões de recrutamento de conteúdo, escolha de *software*, formato de arquivos, metadados e políticas. Ou seja, a concepção adotada para o RI define sua forma.

Considerando a controvérsia conceitual apresentada, constatou-se a necessidade de um estudo que investigasse quais elementos são mais recorrentes nas definições de RIs presentes na literatura. Para tanto, adotou-se o método de revisão sistematizada da literatura.

## Metodologia

A investigação proposta foi realizada a partir do emprego do método de Revisão Sistematizada da Literatura (RSL). Este tipo de revisão de literatura, segundo Grant e Booth<sup>14</sup>, busca sintetizar evidências de outras pesquisas, podendo incluir ou não pesquisa abrangente e avaliação de qualidade. A apresentação dos resultados de uma RSL é tipicamente em forma de narrativa com acompanhamento tabular. Os autores apresentam este tipo de revisão de literatura em comparação com o método de Revisão Sistemática, conforme apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Revisão Sistematizada da Literatura e Revisão Sistemática

<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pesquisa</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Síntese</b>	<b>Análise</b>
Revisão sistemática	Avalia e sintetiza evidências de pesquisas, frequentemente aderindo aos pressupostos de uma revisão.	Para pesquisas exaustivas e abrangentes.	Avaliação de questões pode determinar a sua inclusão e a sua exclusão.	Tipicamente narrativa com acompanhamento tabular.	O que é conhecido; recomendações para a prática. Recomendações para estudos futuros. Limitações.
Revisão sistematizada	Tentativa de incluir elementos de um processo de revisão sistemática, no entanto é mais curta. Tipicamente realizada como tarefa de estudantes de pós-graduação.	Pode ou não incluir pesquisa abrangente.	Pode ou não incluir avaliação de qualidade.	Tipicamente narrativa com acompanhamento tabular.	O que é conhecido, incertezas em torno de resultados; limitações da metodologia.

Fonte: Grant e Booth<sup>14</sup>, traduzido e com adaptações.

Em cada documento selecionado foram levantados os seguintes elementos:

- identificação da publicação;
- definição do conceito de RI;
- características dos RIs;
- abrangência dos tipos de documentos apresentados na definição.

Para a identificação dos elementos foi selecionada uma amostra da literatura científica mais citada sobre o tema dos RIs. A amostra foi selecionada entre abril e maio de 2013 em duas bases de dados: o *Google Scholar* (GS), por sua abrangência, e a *Web of Knowledge* (WoK), por sua qualidade. A estratégia de busca definida foi a expressão “repositório institucional”, no campo “título”, em português, inglês e espanhol, no singular e no plural.

Após a aplicação da estratégia de busca no GS foram recuperados 113.100 documentos em inglês, 79.250 em espanhol e 51.200 em português. Do total de documentos foram selecionados os artigos científicos que possuíam mais de cem citações feitas por outros trabalhos. A amostra deste universo culminou em um conjunto de nove documentos, todos em inglês. Na WoK, por sua vez, após a aplicação da mesma estratégia de busca, obteve-se como resultado 472 documentos em inglês, e nenhum documento em português ou espanhol. Os artigos recuperados na WoK possuíam baixas quantidades de citação quando comparados ao GS. O trabalho mais citado recebeu apenas 28 citações na WoK, enquanto que no GS o mesmo documento recebeu 814. Portanto, devido ao interesse declarado neste estudo em conhecer a perspectiva conceitual a

respeito dos RIs a partir da literatura mais citada sobre o tema, foram considerados apenas os documentos do GS, que alcançaram mais de cem citações, conforme ilustrado na Tabela 1. Destes, apenas um estava presente em ambas as bases.

Tabela 1 - Amostra da literatura científica sobre Ris

Título do documento	Quant. de citações
1. Lynch, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. <b>Libraries and the Academy</b> , v. 3 n. 2, p. 327-336. Chicago. 2003.	GS 814 WoK 28
2. Crow, R. The case for institutional repositories: a SPARC position paper. ARL <b>Bimonthly Report</b> , n. 223. 2002.	GS 669
3. Foster, N. F.; Gibbons, S. Understanding Faculty to Improve Content Recruitment for Institutional Repositories. <b>Online Submission</b> , v. 11, n. 1. 2005.	GS 313
4. Lynch, C. A.; Lippincott, J. K. Institutional repository deployment in the United States as of early 2005. <b>D-lib Magazine</b> , v. 11, n. 9, p. 1-11. 2005.	GS 223
5. Davis, P. M.; Connolly, M. J. Institutional repositories: evaluating the reasons for non-use of Cornell University's installation of DSpace. <b>D-lib Magazine</b> , v. 13, n. 3/4. 2007.	GS 218
6. Van Westrienen, G.; Lynch, C. A. Academic institutional repositories. <b>D-lib Magazine</b> , v. 11, n. 9, p. 1082-9873. 2005.	GS 201
7. Richard, K. J. Institutional Repositories: Partnering with faculty to enhance scholarly communication. <b>DLib Magazine</b> , v. 8, n. 11. 2002.	GS 196
8. Chan, L. Supporting and enhancing scholarship in the digital age: the role of open access institutional repository. <b>Canadian Journal of Communication</b> , v. 29, n. 3. 2004.	GS 122
9. Markey, K.; Rieh, S. Y.; Jean, B. S.; Kim, J.; Yakel, E. Census of institutional repositories in the United States. <b>MIRACLE Project Research Findings</b> . 2007.	GS 105

Fonte: Elaboração própria

## Análise e discussão dos resultados

O primeiro texto analisado é de autoria de Lynch<sup>9</sup>, que teve por objetivo discutir a natureza e as funções dos RIs. O autor não definiu o termo acesso aberto. No entanto, para a discussão do seu tema central é apresentado o contexto de mudanças no cenário da comunicação científica, que inclui os arquivos abertos e a disponibilização de periódicos de forma livre e pública. No texto de Lynch, os RIs são definidos como um conjunto de serviços de uma universidade para a gestão e disseminação do material digital de pesquisa e material didático criado por ela. O conceito apresentado parece ter sido cunhado pelo próprio autor, pois a única fonte citada no artigo não trata do tema do RIs.

O segundo texto analisado é de autoria de Crow<sup>11</sup>, membro da Scholarly Publishing e Academic Resources Coalition (SPARC), e apresenta a opinião da Instituição sobre os RIs, que são definidos como uma coleção digital que captura e preserva a produção intelectual da comunidade acadêmica. Inicialmente eles são apresentados como uma solução estratégica para duas questões. A primeira questão diz respeito à reformulação do sistema de comunicação científica, que inclui de forma preponderante as bibliotecas universitárias como agentes do processo, ou seja, os RIs não podem estar dissociados do contexto da comunicação científica. A segunda questão trata do desenvolvimento de indicadores tangíveis para mensuração da qualidade da produção acadêmica.

Na discussão inicial do trabalho de Crow<sup>11</sup> são apresentados dois elementos presentes nos RIs, que devem ser considerados desde sua concepção até sua operacionalização. O primeiro elemento é o estímulo que o RI representa para a própria instituição para a criação de políticas de direitos autorais da produção

científica de seus membros. O outro elemento são os próprios serviços de captura, registro, certificação, divulgação e preservação da produção acadêmica. Além disso, Crow<sup>11</sup> apresenta as quatro características definidas para o conceito de RI, discutidas a seguir.

A primeira característica elencada pelo autor é a limitação institucional do sistema. Este atributo pressupõe que RI lide apenas com o conteúdo produzido, e portanto, vinculado àquela instituição. Sobre este aspecto, o autor ainda conclui que o RI é uma “representação histórica e concreta da vida e da produção intelectual de uma instituição”<sup>11</sup>.

A segunda característica apresentada por Crow<sup>11</sup> trata da abrangência tipológica que deve ser coberta pelos RIs. Segundo sua perspectiva, o RI faz parte de um modelo de publicação desagregado e que, portanto, não deve restringir-se apenas aos pré-prints e artigos científicos, mas sim estender-se aos conjuntos de dados científicos, obras monográficas, teses e dissertações, trabalhos apresentados em eventos, listas de discussões e outros tipos de literatura cinzenta. Dessa forma, Crow<sup>11</sup> afirma que os RIs serão sistemas eficientes para impedir a existência de novos monopólios da literatura científica.

A terceira característica sugerida por Crow<sup>11</sup> é o armazenamento do conteúdo de forma cumulativa e perpétua. Isso significa que a gestão do RI deve estabelecer regras que impeçam que os itens depositados sejam retirados do sistema. Este aspecto está intimamente relacionado com a garantia da preservação de acesso a longo prazo aos itens depositados.

Por fim, a quarta e última característica destacada por Crow foi a interoperabilidade e o acesso aberto. Sobre as práticas de interoperabilidade para os RIs, o autor chama atenção para identificação persistente dos arquivos, uso de formato normalizado de metadados e adequação ao protocolo de coleta de metadados. Além disso, os documentos depositados deverão ser disponibilizados sem restrições para ser um recurso em acesso aberto. Algumas exceções para restrições são possíveis em casos específicos que deverão ser discriminados na política ou instrumento legal equivalente.

O terceiro documento analisado é um artigo de autoria de Foster e Gibbon<sup>15</sup>. As autoras tiveram por objetivo relatar os resultados de estudo sobre as práticas e necessidades dos pesquisadores na comunicação científica. Os RIs são definidos como um sistema eletrônico que captura, preserva e provê acesso à produção de uma comunidade acadêmica, em formato digital. O conceito utilizado é uma citação do artigo de Lynch<sup>9</sup>, já discutido neste trabalho.

Além de utilizar uma definição amplamente difundida sobre o conceito, as autoras exploram o que consideram como produção acadêmica de interesse para um RI. Segundo elas, RIs devem contemplar as publicações acadêmicas dos docentes, as teses e dissertações dos estudantes, os periódicos eletrônicos e os conjuntos de dados. Elas ainda esclarecem que estes conteúdos devem ser de valor durável para uma determinada área do conhecimento e que uma forma de mensuração pertinente é avaliar se os documentos são ou tem potencial para serem pesquisados e citados por outros autores.

O quarto documento analisado é de autoria de Lynch e Lippincott<sup>16</sup>, publicado em 2005. O trabalho teve por objetivo expandir os resultados de um diagnóstico de outro estudo, apresentado pelo próprio Lynch e por Westeienen<sup>12</sup>, sobre o desenvolvimento dos RIs em diversos países. O detalhamento do estudo, apresentado no artigo, foi feito em um dos países objeto da primeira investigação, os EUA.

Apesar de o estudo de Lynch e Lippincott ser um diagnóstico do contexto em um país específico, ele apresenta categorias de análise que são relevantes para o propósito da pesquisa ora apresentada. Para a elaboração do diagnóstico nacional, foram analisados elementos sobre o tamanho e extensão dos RIs, os tipos de documentos que armazenam, os *softwares* utilizados, as responsabilidades administrativas e as políticas sobre o sistema, os serviços oferecidos e sua relação com as políticas nacionais. Os aspectos foram explorados a partir dos resultados obtidos no levantamento. Em especial, destacam-se os tipos de documentos identificados por Lynch e Lippincott<sup>12</sup>. Artigos e pré-prints apareceram em maior quantidade nos RIs, seguidos das teses e dissertações, trabalhos apresentados em eventos e relatórios técnicos, imagens

digitalizadas, *slides* de apresentações em eventos, periódicos e outros. É importante destacar que, mesmo diante da diversidade de tipos de conteúdo identificados no estudo, o contexto em que estão inseridos é o da produção acadêmica.

O quinto artigo analisado é de autoria de Davis e Cannolly<sup>17</sup> e relata os resultados de um estudo que investigou a participação dos membros da *Cornell University* no desenvolvimento do seu RI. Para tanto, foram entrevistados membros de onze unidades acadêmicas da universidade nas diversas áreas de conhecimento. Dentre os resultados, observou-se um baixo povoamento e pouca participação das unidades acadêmicas no RI. A maioria das coleções estava vazia ou continha poucos itens. Segundo os autores, as coleções que apresentavam uma quantidade considerável de documentos eram de unidades que requeriam formalmente o depósito das teses e dissertações. Foi identificado também que muitos membros da instituição utilizavam formas alternativas aos RIs, como páginas *web* pessoais e repositórios temáticos. Dentre as razões apresentadas pelos entrevistados para o não uso do RI destacam-se a redundância das formas de disseminação, os problemas relacionados aos direitos autorais, o medo em relação ao plágio, além da confusão entre depósito e publicação de documentos ao serem disponibilizados como pré-prints.

No artigo de Davis e Cannolly<sup>17</sup>, o conceito de RI é apresentado a partir da definição de Lynch<sup>9</sup>, que afirma que o RI é um serviço para a gestão e disseminação da produção acadêmica de uma universidade. Junto a esta definição, os autores apresentam duas visões denominadas de campos filosóficos de entendimentos sobre os RIs. De um lado estão os autores que apresentam os RIs como um elemento de competição ao modelo tradicional de publicação. Neste campo são destacados os argumentos de Harnad<sup>18</sup> (1995) e Crow<sup>11</sup>, que veem os sistemas como um elemento eficaz para diminuir o poder dos editores e com possibilidades de exercer as funções da publicação tradicional (registro, certificação, disseminação e arquivamento). Em oposição a esta visão, é apresentada a visão do RI como um complemento ao modelo tradicional de publicação, defendida por Lynch, que adverte contra o RI assumir o papel de certificação da comunicação científica. Como os autores utilizam a definição de Lynch no início do artigo para o conceituar os RIs, fica claro o campo filosófico no qual se situam.

O sexto documento da literatura científica é de autoria de Lynch e Westrienen<sup>12</sup> e apresenta a visão geral de um diagnóstico sobre o desenvolvimento dos RIs de treze nações. Parte deste estudo, que abarcava apenas aos EUA, já foi discutida anteriormente. No artigo de Westrienen e Lynch<sup>12</sup>, são apresentados dados da Austrália, Canadá, Bélgica, França, Inglaterra, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Alemanha, Itália, Holanda e EUA. Os dados coletados foram estruturados em oito categorias que serão apresentadas nas próximas seções.

O texto não apresenta uma definição formal do conceito de RI, no entanto, a partir dos resultados da análise, tornaram-se evidentes as características dos sistemas que foram classificados como tal. Um dos aspectos mais relevantes do diagnóstico para a formulação de um conceito de RI são os tipos de documentos armazenados. Os autores identificaram uma ampla variedade de tipos de documentos nos sistemas. Em alguns países, como foi o caso da Noruega, é predominante a presença de livros e teses, já na França destaca-se a grande quantidade de artigos de periódicos. Além destes dois tipos, foi destacada a alta presença dos relatórios de pesquisa na Holanda e dos dados brutos de pesquisa na Austrália. De acordo com Westrienen e Lynch<sup>12</sup>, estas diferenças são importantes para sinalizar a própria controvérsia no entendimento do papel e do desenvolvimento dos RIs. A despeito da diversidade identificada, é importante ressaltar que o contexto em que todos os tipos se inserem é o da comunicação científica.

O sétimo documento que fez parte desta pesquisa é de autoria do Johnson<sup>19</sup> e buscou discutir as vantagens do uso do RI por parte das unidades acadêmicas de uma universidade. Segundo o autor, o desenvolvimento dos RIs a curto prazo pode reparar alguns problemas de acesso à literatura científica a curto prazo e em longo prazo poderá transformar o modelo vigente de comunicação científica. A perspectiva de Johnson sobre os RIs é a mesma que a apresentada por Crow<sup>11</sup>. Ambos conceituam o sistema como uma coleção

digital que captura e preserva a produção intelectual da comunidade de uma universidade. As características apontadas pelos dois autores também são muito semelhantes. Para ambos, os RIs destacam-se pelas seguintes características: são institucionalmente definidos, tratam de conteúdo acadêmico, armazenam os documentos de forma cumulativa e perpétua, são interoperáveis e uma iniciativa de acesso aberto.

O oitavo texto que fez parte do estudo é de autoria de Chan<sup>20</sup> e teve por objetivo analisar o papel dos RIs no contexto do acesso aberto e seu impacto na comunicação científica. O texto apresenta ainda um exame do processo de implementação e desenvolvimento do RI da Universidade de Toronto. A perspectiva de acesso aberto adotada pelo autor é aquela definida pela BOAI<sup>4</sup>, já explorada anteriormente. Assim, o autor apresenta os RIs como uma estratégia para alcançar os objetivos do acesso aberto.

Segundo Chan<sup>20</sup>, os RIs se destacam no contexto do acesso aberto sob quatro perspectivas, apontadas por diferentes autores. A primeira delas relaciona-se com o seu potencial de promover o acesso de forma ampla às publicações resultantes de pesquisa financiada e maximizar seu impacto. A segunda perspectiva o vê como um meio para melhorar a coleta e a preservação de um conjunto diverso de materiais acadêmicos de ensino, aprendizagem e pesquisa. A terceira perspectiva, por sua vez, trata o RI como um modo para melhorar o prestígio e a visibilidade da produção científica de uma instituição. Por último, a quarta perspectiva o apresenta como uma infraestrutura para reformular o sistema de comunicação e publicação científica. Estas abordagens, segundo o autor, são exploradas por Harnand<sup>7,8,10</sup>, McCord<sup>21</sup>, Crow<sup>11</sup> e Guédon<sup>22</sup>, respectivamente.

A partir das quatro perspectivas de entendimento dos RIs, Chan<sup>20</sup> apresenta a definição de três autores. A primeira, que ele julga ser a mais comum, é de Johnson<sup>19</sup>, que apresenta os RIs como arquivo de um serviço web para a produção acadêmica dos membros de determinada instituição. Nesta definição, o conteúdo dos repositórios deve ser definido pela política de seleção elaborada pela própria instituição. A segunda é de Lynch<sup>9</sup>, que trata os RIs como um serviço de coleta, armazenamento e disseminação da produção acadêmica. Por fim, é apresentada a definição de Harnad<sup>10</sup>, em oposição às duas primeiras. A diferença entre elas estaria nos tipos de documentos de interesse. Para Harnad, os RIs devem estar focados exclusivamente no armazenamento e promoção do acesso aberto para as publicações revisadas pelos pares.

Diante da controvérsia, Chan<sup>20</sup> parece se afinar à definição de Lynch<sup>9</sup> e declara que esta extrapola a visão do RI como plataforma tecnológica, mas também a contempla. A partir de seu posicionamento e da sua própria conceituação, o autor assume que a abrangência tipológica do conteúdo dos RIs deverá abarcar a produção acadêmica dos membros de uma instituição, a serem definidas pela política da própria instituição.

O nono e último documento analisado é de Rieh et al.<sup>13</sup> e apresentou um censo sobre os RIs dos EUA. O estudo foi desenvolvido dois anos mais tarde que o diagnóstico apresentado por Van Westrienen e Lynch<sup>12</sup>, que na visão de Rieh et al.<sup>13</sup> também apontou para uma grande diversidade em relação ao conceito de RI. Além deste, os autores citam o trabalho de Shearer, publicado em 2006, que identificou uma evolução no próprio conceito do termo RI no Canadá, acompanhado pelo desenvolvimento dos sistemas no país. Segundo o autor, no país, a prática dos RIs não estaria afinada com o que propõe a discussão da SPARC, apresentada por Crow<sup>11</sup> e Johnson<sup>19</sup>. Isto porque os RIs estariam apresentando mais tipos de documentos do que a produção acadêmica dos membros da instituição. Os RIs investigados no país definiram, em suas próprias políticas, os tipos de documentos e seguiram apenas suas indicações.

Os autores apresentam um conjunto de definições de RIs, mas declaram considerar o conceito elaborado por Lynch<sup>9</sup>. A partir desta definição, os sistemas foram avaliados sobre cinco categorias: responsáveis e lideranças do RIs; formas de financiamento; conteúdo disponibilizado; colaboradores; características do sistema. Segundo os autores, os resultados demonstraram que cada instituição tem uma visão própria do conceito de RI e que, portanto, as decisões, recrutamento de conteúdo, escolha do *software*, metadados e formato de arquivos irão derivar desta visão. No Canadá, a maioria dos sistemas analisados eram geridos

por diretores das bibliotecas e tinham menos de mil documentos. Destes documentos a maioria era revisada por pares, com destaque para as teses e dissertações.

A análise e discussão dos resultados da revisão sistematizada da literatura feita a partir dos nove artigos científicos mais citados foram apresentadas, no Quadro 2, de forma sintetizada.

*Quadro 2 - Resumo dos artigos analisados*

<b>Autoria</b>	<b>Definição de RIs:</b>	<b>Características de RIs:</b>	<b>Abrangência tipológica dos documentos:</b>	<b>Relação com outros autores</b>
Lynch (2003)	Definição de Lynch (2003).	---	Trabalhos intelectuais, de pesquisa e material de ensino (teaching materials) e registros da vida intelectual da instituição.	Lynch (2003)
Crow (2002)	Definição de Crow (2002) e Johnson (2002).	Quatro características de Crow (2002) e Johnson (2002).	Pré-prints, artigos científicos, conjunto de dados científicos, monografias eletrônicas, teses e dissertações, trabalhos apresentados em eventos científicos, listserv archives e outras literaturas cinzentas.	Crow (2002) e Johnson (2002).
Foster e Gibbon (2005)	Definição de Lynch (2003).	Não trata das características dos RIs de uma forma geral, apenas aquelas relacionadas com o software DSpace.	Publicações dos docentes, teses e dissertações dos estudantes, periódicos eletrônicos, conjunto de dados de pesquisa (trabalhos acadêmicos de valor durável, que são pesquisados e citados).	Lynch (2003)
Lynch e Lippincott (2005)	Definição de Lynch (2003).	Elementos para análise: Tamanho dos RIs Tipos de materiais nos RIs Software Responsabilidade administrativa e políticas Serviços oferecidos Políticas nacionais	A definição utilizada para RI não limita os tipos de documentos de interesse para o sistema. Nos resultados apresentados são listados 29 tipos de documentos identificados nos sistemas classificados como RIs.	Lynch (2003)
Davis e Connolly (2007)	Definição de Lynch (2003).	---	Material digital criado pela instituição.	Lynch (2003)

Westrienen e Lynch (2005)	Definição de Lynch (2003).	Categorias de análise: quantidade de RIs por países (porcentagem em relação à quantidade de universidades) e tamanho dos sistemas; tipos de documentos depositados; áreas do conhecimento presentes; softwares utilizados; envolvimento da instituição; uso de sistema de busca federada; políticas institucionais e nacionais relacionadas com os RIs; fatores inibidores e estimuladores para o uso dos RIs.	Artigos, livros e teses, dados brutos, vídeo, músicas, material de aula, outros tipos de documentos.	Lynch (2003)
Chan (2004)	Sistema de gestão de recursos digitais no contexto da universidade.	Promoção do acesso às publicações, Meio de coleta e preservação Meio para melhorar a visibilidade da produção e da instituição Infraestrutura para reformular o sistema de comunicação científica	Material acadêmico produzido pelos membros de uma instituição.	Johnson (2002) e Lynch (2003) Harnand (2001 e 2003), McCord (2003), Crow (2002) e Guédon (2003)
Johnson (2002)	Definição de Crow (2002) e Johnson (2002).	Quatro características de Crow (2002) e Johnson (2002).	---	Crow (2002) e Johnson (2002).
Rieh, Markei, Jean, Yakkal e Kim (2007)	Definição de Lynch (2003).	Categorias de análise: Liderança Financiamento Conteúdo Colaboradores Sistema	Publicações acadêmicas.	Lynch (2003)

Fonte: Elaboração própria.

Todos os documentos analisados iniciaram sua discussão contextualizando as mudanças de cenário da comunicação científica. Na sequência, via de regra, os autores apresentaram a sua definição de RI ou a de outro autor que fora adotada em seu trabalho. Juntamente com a definição, foram citadas, em alguns casos, as características e/ou dimensões de análise para estes sistemas.

A partir da ferramenta Gephi foi realizada uma análise da relação entre os autores dos textos selecionados. Na análise foram investigados os autores utilizados para conceituação do termo “repositório institucional” (Figura 1). Como resultado foi identificado que o autor mais citado para esta finalidade é Lynch<sup>9</sup>, que foi citado por seis dos nove textos selecionados. Considerando que o trabalho de Lynch<sup>9</sup> também fez parte da amostra estudada, apenas dois textos não o utilizaram como base em suas discussões sobre o conceito de RI. Os dois textos em questão são anteriores à data de publicação do texto de Lynch<sup>9</sup> e têm uma forte relação entre si, pois ambos se utilizaram das mesmas categorias para definição do conceito.

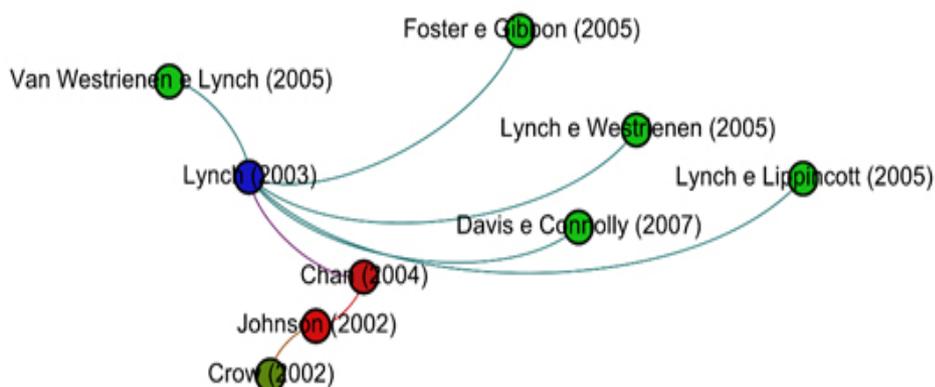


Figura 1: Rede autorial dos artigos analisados.  
Fonte: Elaboração própria.

O trabalho de Lynch<sup>9</sup>, além de ter sido o mais utilizado entre os artigos analisados, é o mais citado sobre RIs tanto no GS, quanto na WoK, segundo os resultados apresentados neste trabalho (Tabela 1). A definição de Lynch apresenta os RIs como um serviço de gestão e disseminação do material acadêmico de uma universidade.

Os outros dois documentos que não citaram o Lynch<sup>9</sup> apresentaram a mesma perspectiva sobre o conceito de RI. Os trabalhos de Crow<sup>11</sup> e Johnson<sup>19</sup> apresentaram definições idênticas, apesar de não citarem fonte. A ausência de indicativo de autoria para o conceito utilizado, em parte, explica-se pela origem institucional dos autores e a data de publicação dos trabalhos. Ambos autores são vinculados à SPARC e publicaram seus trabalhos em 2002. Na perspectiva dos dois autores, os RIs são coleções digitais que capturam e preservam a produção intelectual de uma comunidade acadêmica.

Apesar das duas perspectivas terem suas singularidades por destacar pontos diferentes, elas não se opõem uma à outra. Uma vê os RIs como um serviço para a gestão e disseminação da produção acadêmica de uma universidade e a outra destaca o RI como uma coleção digital que desempenha determinadas atividades de coleta e preservação da produção acadêmica. Portanto, considerando o peso das duas definições para a discussão internacional sobre os RIs, ambas foram tomadas como base para a formulação da definição proposta: ***RIs são sistemas de informação compostos por coleções digitais, que são desenvolvidas a partir de serviços de gestão relacionados com a coleta, organização, disseminação e preservação da produção acadêmica dos membros de uma instituição.***

## Elementos que caracterizam um RI

Em termos gerais, os autores analisados parecem não ter discordâncias significativas sobre o conceito de RI. O aspecto mais discutido entre os autores foi o tipo de conteúdo a ser armazenado pelos RIs. Dentre os estudos destaca-se o levantamento apresentado por Westrienen e Lynch<sup>12</sup> realizado em treze países. Segundo seus resultados, foram encontrados de forma predominante seis tipos de documentos, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Cobertura de RIs relacionadas ao tipo de documentos

Países	Artigos	Teses	Livros	Dados brutos	Vídeo, música etc	Material de curso	Outros
Austrália	8%	8%	1%	83%			
Bélgica	33%	66%					
Canadá							
Dinamarca							
Finlândia							
França	80%	20%					
Alemanha	20%	40-50%			5%	1%	25%
Itália	70%	5%				20%	5%
Noruega	10%	90%					
Suécia	30%	70%					
Holanda	20%	40%					40%
Reino Unido	74%	16%		1%	4%		4%
Estados Unidos	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Westrienen e Lynch<sup>12</sup>.

A experiência relatada no estudo dos autores demonstrou uma considerável variedade de tipos de documentos nos RIs por países. A presença de artigos mostrou-se preponderante em países como a França, a Itália e o Reino Unido. Já as teses e livros foram destacados nos RIs da Bélgica, Noruega e Suécia. Os dados brutos estiveram presentes de forma considerável apenas nos RIs da Austrália. Os outros tipos de documentos não se destacaram entre os demais, de acordo com os resultados apresentados.

Dos nove artigos analisados, na RSL, cinco apresentaram uma lista de tipos de documentos que consideram compor a coleção de um RI. Além dos já citados na Tabela 2, somam-se a eles os pré-prints, dissertações, trabalhos apresentados em eventos científicos, listas de discussões, periódicos eletrônicos e outras literaturas cinzentas da produção acadêmica. Portanto, para efeitos de determinação de elementos que caracterizam os RIs, considera-se como produção acadêmica a ser armazenada nos RIs os tipos de conteúdo apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Tipos de documentos da produção acadêmica

<b>Tipos de documentos da produção acadêmica</b>
Artigos científicos
Pré-prints de artigos científicos
Trabalhos apresentados em eventos científicos
Teses e dissertações
Livros acadêmicos
Dados brutos de pesquisa
Material audiovisual acadêmico
Recursos educacionais

Fonte: Elaboração própria

Além dos tipos de conteúdo, os textos analisados destacaram outras quatro características sobre os RIs. Crow<sup>11</sup> e Johnson<sup>19</sup> afirmam que os RIs são coleções digitais institucionalmente definidas. Assim, o conteúdo presente nestas coleções deve ser, necessariamente, produzido pelos pesquisadores de determinada instituição.

Outro elemento que os RIs devem apresentar é o armazenamento de documentos de forma cumulativa e perpétua, garantindo seu acesso em longo prazo. Para tanto, os autores apontaram a importância de se fazer uso da identificação persistente dos arquivos e o uso de formatos de arquivos recomendados para a preservação digital.

A interoperabilidade entre os sistemas é outra condição destacada pelos autores para a existência de um RI. Ela deve garantir a capacidade de cambiar dados entre sistemas da mesma natureza. Dentro do contexto dos RIs de acesso aberto, isto acontece por meio do protocolo OAI-PMH, que permite a coleta dos metadados de um sistema para o outro.

Por fim, os RIs devem ser uma iniciativa de acesso aberto. Isto implica que os sistemas deverão disponibilizar os textos completos dos documentos descritos, de forma livre de custos e com o mínimo de restrições de uso possíveis. Sobre a porcentagem dos documentos que deverão estar disponíveis em acesso aberto nos RIs, parece que ainda não há um consenso internacional sobre o tema. De acordo com o Guia<sup>23</sup> (2010), pelo menos 75% dos recursos disponíveis em um RI deverão estar em acesso aberto. Já para as Diretrizes<sup>24</sup>, esta porcentagem deve ser de no mínimo 80%. Apesar da falta de acordo comum da literatura internacional sobre o percentual é possível afirmar que um RI deve disponibilizar mais da metade dos documentos registrados em acesso aberto. Considerando os elementos acima discutidos, foram destacadas cinco características que definem um RI (Quadro 3).

*Quadro 3: Características essenciais dos RIs*

<b>Características essenciais</b>	<b>Especificações</b>
Ser institucionalmente definida.	O RI deve relacionar-se explicitamente com uma instituição e armazenar exclusivamente a produção acadêmica dos membros desta instituição.
Tratar da produção acadêmica.	Tipos de documentos considerados como produção acadêmica: - Artigos científicos; - Pré-prints de artigos científicos; - Trabalhos apresentados em eventos científicos; - Teses e dissertações; - Livros acadêmicos; - Dados brutos de pesquisa; - Material audiovisual acadêmico; - Recursos educacionais acadêmicos.
Ser coleções digitais de texto completo.	O RI deve ser uma base de dados digital que disponibiliza o texto completo dos documentos registrados.
Ser interoperável.	O RI deve estar adequado ao protocolo OAI-PMH.
Ser uma iniciativa de acesso aberto.	O RI deve disponibilizar livremente e sem custos, por meio da Internet pública, publicações acadêmicas em texto completo, acompanhadas de licenças de uso.

Fonte: Elaboração própria

As cinco características destacadas acima, derivadas da RSL, foram consideradas como essenciais para a existência de um RI. Ou seja, para um sistema ser classificado como RI, ele precisa necessariamente obedecer tais critérios. Outros elementos necessários para a descrição e análise de RIs foram levantados nos artigos explorados e discutidos a seguir.

## Dimensões de análise dos RIs

Entre os nove artigos utilizados, três apresentaram dimensões de análise para discutir o desenvolvimento dos RIs em determinado contexto. O primeiro deles foi o trabalho de Lynch e Lippincott<sup>16</sup>, que realizou um diagnóstico sobre a situação dos RIs nos EUA. Para o estudo foram investigados os seguintes aspectos:

- tamanho dos RIs;
- tipos de documentos depositados;
- softwares utilizados;
- responsabilidades administrativas e políticas;
- existência de políticas;
- serviços oferecidos;
- políticas nacionais.

Datado do mesmo ano de publicação que o primeiro, Westrienen e Lynch<sup>12</sup> apresentaram os resultados de outro diagnóstico sobre a situação dos RIs em treze nações. Os resultados discutiam sobre os seguintes aspectos:

- quantidade de RIs por país (porcentagem relativa à quantidade de universidades);
- tamanho dos RIs;
- tipos de documentos depositados;
- áreas do conhecimento.

O terceiro e último artigo a explorar dimensões para a análise dos RIs foi publicado por Rieh et al.<sup>13</sup>, com o mesmo objetivo do artigo de Lynch e Lippincott<sup>16</sup>. Ambos apresentaram os resultados de um diagnóstico realizado nos RIs dos EUA, no entanto Rieh et al.<sup>13</sup> analisaram novos elementos. Em seu estudo foram consideradas as seguintes categorias:

- lideranças;
- fontes de financiamento;
- tipo de conteúdo depositado;
- colaboradores;
- características do sistema.

A partir da contribuição de Lynch e Lippincott<sup>16</sup>, Westrienen e Lynch<sup>12</sup> e Rieh et al.<sup>13</sup>, foram definidas oito dimensões para avaliar RIs (Quadro 4). A primeira delas refere-se ao tamanho dos RIs, que foi calculado a partir da quantidade de documentos disponíveis. A segunda diz respeito aos tipos de documentos presentes nos RIs. A terceira relaciona-se com os *softwares* utilizados para o desenvolvimento dos RIs. A quarta é sobre as características operacionais do sistema, ou seja, formas de funcionamento. A quinta trata das responsabilidades administrativas e políticas sobre o RI. A sexta abrange a existência ou não de políticas que regem o RI. A sétima explora os tipos e características dos serviços oferecidos. A oitava diz respeito às áreas do conhecimento que se fazem presentes nos documentos depositados.

Quadro 4: Dimensões de análise dos Ris

Lyhch e Lippincott (2005)	WesTrienen e Lyhch (2005)	Rieh et al. (2007)	Dimensões de análise do estudo
Tamanho dos Ris	Tamanho dos RIs		<b>1. Tamanho dos RIs</b>
Tipos de documentos depositados	Tipos de documentos depositados	Tipos de documentos depositados	<b>2. Tipos de documentos depositados</b>
Softwares utilizados			<b>3. Softwares utilizados</b>
		Características do sistema,	<b>4. Características operacionais do sistema</b>
Responsabilidades administrativas e políticas		Lideranças, Fontes de financiamento, Colaboradores	<b>5. Responsabilidades administrativas e políticas</b>
Existência de políticas			<b>6. Existência de políticas</b>
Serviços oferecidos			<b>7. Serviços oferecidos</b>
Áreas do conhecimento	Áreas do conhecimento		<b>8. Áreas do conhecimento</b>

Fonte: Elaboração própria

## Modelo de avaliação de RIs

Considerando as definições e os elementos de análise de RIs que foram levantados nesta pesquisa, propõe-se um modelo de avaliação de RIs (Figura 2). A perspectiva proposta está inserida nas discussões sobre comunicação científica e acesso aberto e enxerga os sistemas a partir das características essenciais dos RIs (Quadro 3) e do conjunto de dimensões de análise de RIs (Quadro 4). Ambos elementos foram levantados a partir da revisão sistematizada da literatura científica mais citada sobre o tema e, portanto, representam a perspectiva mais difundida nas discussões internacionais sobre RIs.



Figura 2: Lente teórica para a análise dos RIs.

Fonte: Elaboração própria.

## Considerações finais

Em busca de uma definição para o conceito de “repositório institucional”, foram identificadas várias perspectivas e aplicações acerca do termo. Diante da contradição encontrada, uma investigação aprofundada sobre o tema se fez necessária de modo a oferecer uma contribuição teórica para o estabelecimento do conceito no campo da comunicação científica. Para tanto, o estudo apresentado apontou as definições e elementos utilizados na literatura mais citada sobre o tema RI. Com isto foi possível identificar o conceito mais citado sobre o tema e que comprovadamente exerceu forte influência sobre os demais. A perspectiva que se destacou é de autoria de Lynch e foi publicada em 2003. Sua expressão mostrou-se relevante para sete dos nove trabalhos analisados. Os dois trabalhos que não fazem referência à Lynch<sup>9</sup> são publicações de 2002, ou seja, anteriores ao texto em questão. Além de apontar outros elementos, os trabalhos de Crow<sup>11</sup> e Johnson<sup>19</sup> se mostraram relevantes para esta discussão porque são os únicos que antecedem o trabalho de Lynch<sup>9</sup>.

Os resultados da análise permitiram a consolidação de três contribuições para as discussões acerca do tema RI. A primeira delas foi a proposição de uma definição para o conceito de RI, forjada a partir das perspectivas apontadas pela literatura mais citada sobre o tema. A segunda contribuição é a definição das características essenciais para classificar um sistema como RI. Já a terceira é a sistematização dos elementos que devem ser descritos e analisados para a caracterização de RIs. As três contribuições constituíram-se em insumo para a proposição do modelo de avaliação de RIs.

O estudo não teve a pretensão de solucionar e pôr fim às discussões acerca do tema. É importante destacar que os RIs são uma proposta estratégica do Movimento de Acesso Aberto para tornar a literatura científica disponível livremente na Internet e, desse modo, potencializar as funções da comunicação científica. Apesar dos RIs já se constituírem como soluções a problemas de gestão da informação em outros contextos como, por exemplo, a gestão da informação organizacional, não se pode perder de vista seus objetivos, características essenciais e o contexto da comunicação científica, que é o cenário determinante de seu surgimento. Considerando os elementos levantados conclui-se que os **RIs são sistemas de informação compostos por coleções digitais, que são desenvolvidas a partir de serviços de gestão relacionados com a coleta, organização, disseminação e preservação da produção acadêmica dos membros de uma instituição.**

## Referências

1. Sarmiento M, Miranda A, Baptista A, Ramos I. Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre. World Congress on Health Information and Libraries, 2005. Salvador: 2005. [citado 10 jan 2013] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10760/8512>
2. Melero R. Acceso abierto a las publicaciones científicas: definición, recursos, copyright e impacto. El Profesional de la Información. 2005; jul-ago; 14(4):255-266. [citado 20 fev 2013] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10760/6571>
3. Bailey Jr C. Open access and libraries. Collection Management: 2007; 32(3-4): 351-383.
4. Boai. Budapest Open Access Initiative. Budapeste. 2002. [citado 24 fev 2013] Disponível em: <http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/read>
5. Declaração de Bethesda. Meeting on Open Access Publishing, Bethesda. 2003. [citado 23 fev 2013] Disponível em: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>
6. Declaração de Berlin. Conference on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities, Berlin, Outubro, 2003. Disponível em: <http://oa.mpg.de/lang/en-uk/berlin-prozess/berliner-erklarung> Acesso em: fev 2013.
7. Harnad S, Brody T, Vallieres F, Carr L, Hitchcock S, Grungas Y, Oppenheim C, Stamerjohanns H, Hilf E. The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access. Serials Review; 2004; 30(4). [citado 25 fev 2013] Disponível em: <http://eprints.soton.ac.uk/260209/1/impact.html>

8. Harnad S. The self-archiving initiative: freeing the refereed research literature online. *Nature*. 2001b; (410): 1024-1025. [citado 12 jan 2013]. Disponível em: <http://eprints.soton.ac.uk/id/eprint/255947>
9. Lynch C. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. *ARL: A Bimonthly Report*. 2003; 226. [citado 19 fev 2013]. Disponível em: <http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>
10. Harnad S. Research access, impact and assessment. *Times higher education supplement*; 2001; (18). [citado 18 jan 2013]. Disponível em: <http://eprints.soton.ac.uk/255950/>
11. Crow R. The case for institutional repositories: A SPARC position paper. *ARL Bimonthly Report*. 2002; (223). [citado 20 fev 2013]. Disponível em: [http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir\\_final\\_release\\_102-2.pdf](http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir_final_release_102-2.pdf)
12. Westrienen G, Lynch C. Academic institutional repositories: deployment status in 13 nations as of mid 2005. *D-Lib Magazine*; 2005 set. 11(9). [citado 23 fev 2013]. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/september05/westrienen/09westrienen.html>
13. Rieh S, Markey K, Jean B, Yakell E, Kim J. Census of institutional repositories in the United States. *CLIR*. 2007; (140). [citado 23 fev 2013]. Disponível em: <http://www.clir.org/pubs/abstract/reports/pub140>
14. Grant M, Booth A. A typology of reviews: a analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*. 2009; 26(2): 91-108. [citado 24 fev 2013]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x/pdf>
15. Foster NF, Gibbons S. Understanding faculty to improve content recruitment for institutional repositories. *D-lib Magazine*; 2005; 11(1): 1-12. [citado 3 ago 2013]. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/january05/foster/01foster.html?wa=IPEMBI12>
16. Lynch C, Lippincott J. Institutional repository deployment in the United States as of early 2005. *D-lib Magazine*; 2005; 11(9): 5. [citado 10 ago 2013]. Disponível em: <http://webdoc.sub.gwdg.de/edoc/aw/d-lib/dlib/september05/lynch/09lynch.html>
17. Davis P, Connolly MJ. Institutional repositories: evaluating the reasons for non-use of Cornell University's installation of DSpace. *D-lib Magazine*; 2007; 13 (3/4).
18. Harnad, S. A Subversive Proposal. In: Okerson, A.; O'donnell, J. (Eds.). *Scholarly Journals at the Crossroads: A Subversive Proposal for Electronic Publishing*. Washington, DC: Association of Research Libraries; 1995.
19. Johnson RK. Partnering with faculty to enhance scholarly communication. *D-lib Magazine*; 2002; 8 (11).
20. Chan L. Supporting and enhancing scholarship in the digital age: the role of open access institutional repository. *Canadian Journal of Communication*; 2004; 29(3): 277-300.
21. Mccord A. Institutional repositories: Enhancing teaching, learning, and research. Michigan: EDUCAUSE Evolving Technologies Committee white paper. [citado 4 set 2013]. Disponível em: <http://sitemaker.umich.edu/dams/files/etcom-2003-repositories.pdf>
22. Guedón JC. The green and gold Roads to Open Access: the case for mixing and matching. *SerialsReview*. 2004; 30(4). [citado 3 fev 2013]. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0098791304001431>
23. GUÍA para la evaluación de repositorios institucionales de investigación. 2010. [citado 10 fev 2013]. Disponível em: <http://www.recolecta.net/buscador/documentos/GuiaEvaluacionRecolectav1.0-1.pdf>
24. Directrizes Driver 2.0: directrizes para fornecedores de conteúdos. Exposição de recursos textuais com o protocolo OAI-PMH. Serviço de documentação da Universidade do Minho, 2009. [citado 27 jan 2013]. Disponível em: [http://www.driver-support.eu/documents/DRIVER\\_Guidelines\\_v2\\_Final\\_PT.pdf](http://www.driver-support.eu/documents/DRIVER_Guidelines_v2_Final_PT.pdf)



